

ILACÕES SOBRE A EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO

Eduardo Simão Trad

RESUMO

Discute questões ligadas à efetividade do processo, especialmente na fase de satisfação, em casos de execução por quantia certa. Refere algumas questões consideradas impeditivas de maior efetividade das execuções, muitas das quais resultam de sistemáticas que são formalismos inúteis e dispensáveis, e demonstra os caminhos e soluções que podem ser implantados sem nenhuma alteração legislativa.

Menciona, ainda, algumas alterações legais que seriam pertinentes e úteis para aumentar a densidade das soluções da fase satisfativa da execução e utiliza metodologia analítica para concluir que tais alterações legais não necessitam ser de monta para que se tenha grande ganho de efetividade da execução.

PALAVRAS-CHAVE

Direito Processual Civil; execução por quantia certa; obstáculo; efetividade; alteração – procedimental, legal; penhora; bem imóvel; depositário infiel.

Muito se tem debatido acerca da efetividade do processo civil, especialmente no que tange à satisfação, mas também quanto aos atos de conhecimento. No caso da cognição, as preocupações já ensejaram a implementação de mudanças, especialmente em sede legislativa.

Disso é exemplo o fato de medrarem institutos que visam dar realce e alcance aos atos judiciais no que diz com a apresentação de respostas breves aos conflitos. O julgamento antecipado da lide e todas as múltiplas formas de tutela jurisdicional preventiva (por meio das mais diversas formas de decisões, aqui incluídas as medidas cautelares, a antecipação de tutela jurisdicional e outras liminares, decisões provisórias ou precárias semelhantes ou legalmente equiparadas) demonstram esse anseio.

Para algumas das formas de decisão precária, parte da doutrina e jurisprudência referem dispensabilidade (de difícil aplicação e duvidosa compatibilidade com garantias processuais de sede constitucional) de execução. Nesse sentido parece que foram seguidas pela alteração legislativa levada a efeito com a inclusão do inc. V no art. 14 do Código de Processo Civil, contendo expressão menção a “provimentos mandamentais” sem, entretanto, definir o que sejam. Sem maiores digressões quanto a esses institutos ou sua forma de cumprimento porque não é o escopo deste texto.

Em relação ao processo de execução e, em especial, à execução por quantia certa, é de notar que o tema da efetividade na fase satisfativa dos comandos jurisdicionais (e também dos títulos extrajudiciais) gera preocupação tão acesa que já existe anteprojeto de lei da lavra do Professor Athos Gusmão Carneiro para modificações de monta no já retalhado Código de Processo Civil. As alterações planejadas são radicais na parte relativa à execução, prevendo a revogação de diversos artigos (18 ao todo) e a modificação de outros tantos, na expectativa de ganhar efetividade na fase satisfativa do processo.

A pretensão é demonstrar que alguns percalços por que passa o processo executivo decorrem da manutenção de sistemáticas que são formalismos verdadeiramente inúteis e dispensáveis. Contra isso seria re-

médio a interpretação mais voltada para a finalidade do processo que para a sua forma e meios ou, em alguns casos, o simples cumprimento dos mandamentos do Código e leis especiais (destacando a Lei n. 6830/80 – execuções fiscais). O mote do processo de execução deve estar mais afetado por inspiração que se aproxime dos arts. 612 e 646 que do art. 620 do Código de Processo Civil.

Outras dificuldades sérias decorrem de previsões legais excessivamente protetoras do executado, estas facilmente contornáveis com pequenas alterações legislativas. Passemos ao tema.

2 FORMALISMOS DESNECESSÁRIOS

Alguns formalismos que emperram o processo executivo (a partir daqui compreendida apenas a execução por quantia certa), retirando-lhe indisfarçável parcela de efetividade, decorrem de práticas que ignoram dispositivos expressos de lei, ou de interpretações as mais diversas, que visam criar obstáculos processuais em lugar de soluções e facilidades.

São exemplos, abaixo discutidos, de formalismos sem respaldo na lei (*rectius*, fundados em interpretação que prestigia a escolha do caminho mais complexo, diante da ausência de previsão legal expressa): (I) a intimação do executado do depósito em dinheiro que ele próprio efetivou na execução, para fins de início do prazo de embargos do devedor; (II) depender o prosseguimento da execução, quando pendente o processamento de apelo contra sentença que rejeitou os embargos, de requerimento expresso do credor e da formação de carta de sentença (muitas vezes com remessa dos autos da própria execução ao Tribunal, juntamente com o recurso nos embargos do devedor); (III) determinar a nomeação de depositário para bens imóveis e sua intimação pessoal quando o encargo é exercido pelo próprio executado, representado por advogado constituído nos autos.

2.1 PRAZO PARA EMBARGOS EM CASO DE DEPÓSITO EM DINHEIRO

Solução singela e decorrente de interpretação mais de acordo com a pretendida efetividade decorre, em todos os exemplos referidos, do próprio texto da lei. No primeiro caso, não há razão séria para que persista divergência jurisprudencial acerca do

prazo de oposição de embargos. Impossível insistir na necessidade de intimação do executado (que efetivou o depósito) para que só então tome curso o prazo de embargos.

O depósito em dinheiro feito para fins de garantia do juízo pelo executado deve ser acompanhado da respectiva ressalva de não se tratar de pagamento. É inviável exigir do credor que, depositado o dinheiro pelo executado, proceda à intimação deste para dizer se pagou ou apenas depositou visando à apresentação de embargos à execução.

Tal providência encerra verdadeira inversão de funções. Em vez de obrigar o devedor a fazer ressalva de que o depósito não visa ao pagamento, mas apenas permitir que se oponha à execução pela via dos embargos, impõe-se ao credor demonstrar que o executado não pretendia pagar, quando entregou o dinheiro ao juízo da execução. Aqui é aplicável a analogia aos casos de inconformismo com o comando jurisdicional para os quais o Código de Processo Civil exige a expressão da ressalva, a fim de viabilizar o caminho recursal, nos moldes do art. 503, parágrafo único.

Ou seja, em lugar de exigir do executado a demonstração de que seu ato não visa cumprir o comando judicial do mandado executivo (que é de citação para pagamento sob pena de penhora, consoante o art. 652 do CPC), impõe ao credor o encargo de demonstrar o inverso (que o executado depositante, deixando de ofertar embargos, pretendia efetivamente pagar).

O Superior Tribunal de Justiça tem manifestações divergentes sobre o tema do prazo para oposição de embargos do devedor em caso de depósito em dinheiro. No sentido da prescindibilidade da intimação do devedor há, fundamentalmente, o julgamento do REsp n. 163990/SP, Quarta Turma, Relator o Ministro Ruy Rosado de Aguiar, DJU 9/11/1998: *EMBARGOS À EXECUÇÃO. Nomeação de bens. Depósito judicial. Prazo para embargar. Efetuado o depósito judicial do numerário em nome do exeqüente, a partir dali conta-se o prazo para embargar, independentemente de lavratura de termo de nomeação, desnecessário para o caso. Recurso conhecido e improvido.*

Lamentável, entretanto, que esse entendimento não se tenha imposto em definitivo. Ao contrário, ainda há forte corrente jurisprudencial dentro do próprio Superior Tribunal de Justiça que indica a necessidade de

Exigir que o devedor seja intimado para ter ciência do prazo em que poderá opor embargos à execução, quando ele próprio efetuou o depósito em dinheiro, é desprestigiar a ordem judicial contida no mandado de citação da execução (...). Os atos das partes devem ser interpretados, na ausência de manifestação expressa em contrário ou quando inertes, como tendentes ao cumprimento das determinações judiciais.

intimação do executado que depositou o montante em cobrança, acerca do prazo para interposição de embargos. Mais que isso, exige-se a conversão em penhora, sucedida da lavratura do respectivo termo. Nesse sentido são exemplos: *Depósito em dinheiro diferencia-se de nomear bens à penhora, observando-se a ordem legal que contempla o dinheiro convertido em depósito. Necessidade de intimação pessoal do devedor, com expressa advertência do prazo para o oferecimento dos embargos à execução. Anulação dos atos decisórios causadores de prejuízo à interposição dos embargos à execução. Recurso provido.* (REsp n. 5859, Relator o Ministro Milton Luiz Pereira, DJU 11/4/94). **EXECUÇÃO FISCAL – DEPÓSITO EM DINHEIRO – PENHORA – PRAZO PARA OS EMBARGOS À EXECUÇÃO – INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR – LEI 6830/80 (ARTIGOS 9, I E II; 16, III).** 1. Depósito em dinheiro diferencia-se de nomear bens à penhora, observando-se a ordem legal que contempla o dinheiro convertido em depósito. (art. 9º, I, II, III e § 2º da Lei n. 6.830/80). 2. Havendo nomeação de bem à penhora, deve esta ser tomada a termo a fim de que produza efeitos. É necessária a intimação pessoal do devedor, com expressa advertência do prazo para oferecimento dos embargos à execução (art. 16, III, da Lei citada; art. 234, do Código de Processo Civil). 3. O prazo para oferecimento dos embargos não começa a fluir do depósito. Inaplicável, pois, o disposto no art. 16, inc. I, da Lei n. 6.830/80. A contagem do prazo inicia-se a partir da intimação da penhora, que tendo sido feita em dinheiro, será convertida em depósito, nos termos dos arts. 11, § 2º e 9º, inc. I, da Lei n. 6.830/80.

(REsp n. 39672/SP, 2ª Turma, Relatora a Ministra Nancy Andriighi)

Do segundo exemplo não há como escapar de inexorável colisão com o teor dos dispositivos legais que menciona, circunstância que abaixo será mais bem explicitada. Essa vacilação tem reflexos nos Tribunais Regionais Federais: **PROCESSUAL CIVIL – AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO FISCAL – PRAZO PARA O OFERECIMENTO DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO – TERMO INICIAL – LEI N. 6.830/80 – 1. Uma vez efetuado o depósito da quantia exequenda para garantir o Juízo da execução é a partir daí que se conta o prazo de dez (sic) dias para oposição de embargos do devedor, vez que o depósito substitui a penhora. Nestes termos, a parte prescindiria de intimação para a fluência de prazo, considerando-se como termo inicial a data do respectivo depósito. 2. Isso porque o simples depósito em dinheiro da quantia exequenda, perfaz a garantia do juízo, autorizando a oposição dos embargos do devedor. (...) Agravo de instrumento improvido** (TRF/2ª Região, 3ª Turma, AI n. 63431; Processo n. 200002010478366/RJ, 3ª Turma, Relator o Juiz Frederico Gueiros; DJU 14/4/03). (...) *O depósito em dinheiro não conduz à desnecessidade da intimação da penhora, uma vez que esse depósito deve ser convertido em penhora, seguindo-se a lavratura do respectivo termo e à intimação do executado para oferecimento de embargos.* (TRF/ 1ª Região AC n. 200232000030860/AM, Relatora a Juíza Maria do Carmo Cardoso, DJU 23/6/03).

Exigir que o devedor seja intimado para ter ciência do prazo em que poderá opor embargos à execução, quando ele próprio efetuou o

depósito em dinheiro, é desprestigiar a ordem judicial contida no mandado de citação da execução (chamada do executado para pagar – art. 652, CPC, já citado). Os atos das partes devem ser interpretados, na ausência de manifestação expressa em contrário ou quando inertes, como tendentes ao cumprimento das determinações judiciais.

Ademais, a intimação do executado acerca da penhora efetivada sem o seu conhecimento tem como função exatamente dar-lhe ciência da constrição, momento a partir do qual fica aberta a oportunidade de se opor ao processo executivo. Se ele mesmo efetiva o depósito e deixa de valer-se dos meios que esse ato lhe faculta contra a cobrança, só se pode concluir que a pretensão é de pagamento.

O prestígio do direito de defesa não pode chegar ao ponto de acarretar tamanho embaraço à efetividade do processo de execução, até porque o devedor não estará impossibilitado de discutir o débito (apenas essa discussão não afetará o curso do processo executivo, nem o suspenderá, a teor do Código de Processo Civil, arts. 585, parágrafo único, e 739, § 1º). Ademais, ele ainda poderá voltar-se contra o pagamento, pleiteando repetição.

O que não se sustenta é a subversão do processo executivo para determinar providências absolutamente não previstas no regramento processual. Ao contrário, o Código de Processo Civil e a Lei n. 6.830/80 consideram a entrega do numerário ao juízo como expressão da vontade de pagar, caso não haja oposição pertinente e oportuna à cobrança.

Espanta exigir a intimação do executado sobre o prazo de oposição de embargos quando ele mesmo deposita. Esse ato não tem previsão legal; ao contrário, há disposição expressa na Lei n. 6.830/80, em sentido contrário. Eis a redação dos arts. 9º, inc. I e § 3º, e 16, inc. III, desse normativo: Art. 9º. *Em garantia da execução (...) o executado poderá: I – efetuar depósito em dinheiro à ordem do juízo em estabelecimento oficial de crédito, que assegure atualização monetária; § 3º. A garantia da execução, por meio de depósito em dinheiro ou fiança bancária, produz os mesmos efeitos da penhora. Art. 16. O executado oferecerá embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados: I – do depósito.*

Bem se vê a sequência de atos processuais que a Lei descreve: 1 –

o executado pode garantir a execução por depósito; 2 – esse depósito deve ser feito em instituição financeira específica e obedecendo a regra especial (art. 32 da Lei n. 6.830/80); 3 – o depósito, e não a subsequente intimação do depositante, iguala-se, em efeitos, à penhora; 4 – o prazo para oposição de embargos é contado do depósito, não de sua subsequente intimação, que nem sequer é referida.

O Código de Processo Civil não contém disposição idêntica, entretanto tal circunstância não pode conduzir a conclusão diversa. O depósito é ato que deve ser compreendido dentro do processo de execução como cumprimento da ordem de pagar o débito, nunca o inverso (especialmente quando não há ressalva nem oposição útil e oportuna à cobrança).

2.2 PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO QUANDO REJEITADOS OS EMBARGOS

O segundo tópico é tão ou mais certo na lei que o primeiro. Não obstante isso, repetidas vezes vê-se o oposto na prática processual da execução. Trata-se de viabilizar o prosseguimento definitivo da cobrança, quando pendente apelação em face da sentença que rejeitou os embargos, independentemente de requerimento expresso do credor ou da formação de carta de sentença.

Nesse passo, é mister incursionar por uma importante questão atinente aos embargos do devedor. Trata-se do caráter de ação (ainda que incidental) que têm os embargos em relação ao processo executivo¹.

Essa característica de ação deve ser levada às últimas consequências no que atine a considerar a petição de apresentação dos embargos como uma petição inicial, sujeita a todas as análises de regularidade exigíveis em uma ação de conhecimento (que, aliás, é exatamente a característica dos embargos). Isso implica dizer que a inicial dessa ação deve obedecer rigorosamente a todos os mandamentos contidos nos artigos do Código de Processo Civil referentes a essa peça processual, especialmente ao art. 282 e à determinação de que deve estar instruída com documentos necessários e suficientes ao conhecimento e julgamento da controvérsia, na dicção do art. 283 do Código.

Por isso que o devedor, ao apresentar sua inicial de embargos à execução, deve fazê-lo juntando as

cópias do processo executivo necessárias e suficientes para a verificação de suas alegações, bem assim para o cumprimento dos pressupostos processuais inerentes aos embargos (em especial, a prova de garantia da execução). Não basta, apenas porque os embargos serão apensados ao processo de execução, apresentar a inicial desacompanhada de documentos.

Isso porque o destino da execução depois de apreciados os embargos pelo juízo de primeiro grau pode – e em casos de rejeição integral seguida de apelação, **deve** – ser diferente do rumo da própria execução. Basta considerar que a apelação contra sentença de improcedência total dos embargos é recebida sem efeito suspensivo (CPC, art. 520, inc. V).

A partir daí, os embargos não têm mais o condão de manter suspenso o curso do processo de execução, exatamente porque já foram extintos por sentença sem alteração do título executivo. Mais que isso, a extinção não está sujeita a aguardar nova manifestação judicial em sede de recurso (na linguagem do Código, a sentença não está com seus efeitos suspensos).

Por isso, na exata medida em que o acolhimento dos embargos pode ensejar reflexos no próprio título executivo, alterando-o ou desfazendo-o, com as decorrentes implicações no processo de execução, também a rejeição desses mesmos embargos permite a conclusão de regularidade e idoneidade da execução manejada. Deflui, então, que a apelação contra a sentença que rejeita os embargos não pode afetar o curso do processo executivo.

É possível ir ainda mais além no raciocínio. Até mesmo a apelação contra sentença de parcial procedência dos embargos, que implique diminuição no montante do crédito exequível, não deve constituir impossibilidade de prosseguimento quanto à parte do título executivo considerada hígida.

A teor do art. 739, § 2º, do Código de Processo Civil, a execução prossegue na parte não embargada. Se assim é, presente sentença que julga firme parte da execução, nessa parte não há mais contraposição útil do devedor que imponha a paralisação do processo.

Havendo embargos integrais rejeitados com pendência de recurso de apelo, a execução prossegue pelo todo como se nunca tivessem sido opostos os embargos. O acolhimento apenas parcial dos embargos

deve, portanto, implicar o prosseguimento da execução na parte considerada boa do título, o que nada mais significa que dar tratamento de rejeição à parte efetivamente rejeitada dos embargos.

Em outras palavras, se a rejeição integral permite o pleno prosseguimento da execução como se embargos não houvesse, o acolhimento em parte (ou rejeição parcial) deve permitir a consideração da inexistência de embargos na parte rejeitada. E a inexistência de oposição por via de embargos implica a possibilidade de prosseguimento da execução nessa parte, conforme disposição expressa acima referida.

A consequência só pode ser o prosseguimento da cobrança na parte não acolhida dos embargos. O art. 520, inc. V, deve ser lido em conjunto com o 739, § 2º, para que a apelação contra sentença de acolhimento apenas parcial dos embargos não tenha efeito de suspender toda a execução.

Na prática mais corriqueira e cartorária, isso equivale a dizer que, sendo diversos os órgãos competentes para apreciar o recurso de apelação nos embargos, e para dar prosseguimento aos atos executivos haverá, necessariamente, separação física dos autos da execução e dos embargos (dentro da realidade de processo eminentemente escrito e dependente de documentos consubstanciados no papel formador dos autos ou caderno processual). Aqueles devem permanecer no juízo de origem para efetivação dos atos executivos subsequentes; estes devem ser remetidos ao tribunal competente para apreciação do recurso.

Se a inicial estiver mal instruída, o tribunal não terá elementos para apreciar a apelação. Também não poderá – em tese – negar-lhe conhecimento, caso cumpridos os pressupostos recursais. Poderá ser indeferida a inicial, apesar de já superado o momento de verificação de sua regularidade e de existir sentença que tenha apreciado o mérito. Restará determinar a juntada de peças imprescindíveis ao conhecimento da controvérsia, o que, certamente, não é função do juízo de segundo grau – até pelo tumulto que causa na tramitação do recurso. Daí a importância de se exigir a regular instrução da inicial dos embargos (porque eles podem ser separados da execução que contém elementos nele referidos).

Rejeitados (ainda que em parte) os embargos e apresentada apelação contra essa solução, **deve** o

Não é raro – ao contrário, o número é expressivo e até chocante – ver processos executivos nos tribunais aguardando julgamento de apelação nos respectivos embargos. Mais espantoso e assustador é haver vacilação jurisprudencial acerca do tema. Além da questão de ser definitiva a execução (agora pacificada), já se discutiu e ainda se discute onde ela deve ser processada.

processo executivo ser separado fisicamente (ou desapensado, no linguajar cartorário) do incidente que lhe foi oposto e autuado em apenso (CPC, art. 736). Essa providência é exigível do juízo que preside a execução, independentemente de requerimento do exeqüente porque é uma consequência de disposições processuais expressas.

Não há de se falar em extração de carta de sentença ou formação de autos suplementares. A execução segue como definitiva (e nisso é pacífica a jurisprudência atual, não sem ter passado por sérias vacilações; sempre do Superior Tribunal de Justiça: EREsp ns. 268544/SP e 399618/RJ; REsp 245004/RS, 468113/SP, 515280/RJ, 515273/RS, 543171/RJ; AgRgEps 619828/RS e 637776/PR; e AI n. 544193/RJ, modificando jurisprudência anteriormente firmada nos REsp ns. 371649/RS, 243245/SP, 172320/RS, 440823/RS e 417924/SP e no AgRgREsp n. 277852/SP). Definitiva que é, o local de seu processamento são os autos principais, a teor de disposição expressa do Código de Processo Civil, art. 589, primeira parte.

Isso dá grande efetividade ao processo de execução, especialmente considerando o tempo geralmente demandado para processamento da apelação. Não deixar – o juízo, como presidente do processo e zeloso de sua rápida solução (CPC, art. 125, inc. II), e o credor, como maior interessado no recebimento do seu crédito – que os autos da execução sejam remetidos ao Tribunal juntamente com a apelação contra a rejeição (mesmo parcial) dos embargos é providência que alia o cumprimento da Lei aos desejos incontidos dos jurisdicionados e da doutrina.

Não é assim que se passa, entretanto, em inúmeros processos. Não é raro – ao contrário, o número é expressivo e até chocante – ver processos executivos nos tribunais aguardando julgamento de apelação nos respectivos embargos. Mais espantoso e assustador é haver vacilação jurisprudencial acerca do tema. Além da questão de ser definitiva a execução (agora pacificada), já se discutiu e ainda se discute onde ela deve ser processada. Vide manifestações do Superior Tribunal de Justiça: *PROCESSUAL CIVIL. ART. 589. CPC. 1. A execução fiscal pode prosseguir, por via de carta de sentença, quando pendente recurso contra embargos de devedor. Ausência de prejuízo para o Fisco credor. Forma não proibida por lei. Recurso improvido.* (STJ, 1ª Turma, Resp n. 331343/MG, Relator o Ministro José Delgado, DJU 9/9/02). *EXECUÇÃO FUNDADA EM TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EMBARGOS DO DEVEDOR. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. APELAÇÃO. EFEITO APENAS DEVOLUTIVO. DEFINITIVIDADE DA EXECUÇÃO – PRECEDENTES. PROSSEGUIMENTO. AUTOS PRINCIPAIS. ART. 589, CPC. RECURSO PROVIDO. I. É definitiva a execução fundada em títulos extrajudiciais, ainda que pendente de julgamento apelação interposta em ataque à sentença de improcedência dos embargos do devedor. II. Como regra, sendo a execução definitiva, impõe-se que prossiga em seus ulteriores termos nos autos principais, nos termos do art. 589, CPC, e não através de carta de sentença.* (STJ, 4ª Turma, REsp n. 148483/SP, Relator o Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU 1º/3/99)

A questão é exclusivamente cartorária. Para que a solução se ins-

taure, não é necessária nenhuma alteração normativa; basta o cumprimento da lei processual, simplesmente relegada ao esquecimento no trato diário do processo de execução.

Do ponto de vista técnico, é possível até extrair consequências mais extensas do não-seguimento da execução no período de espera do julgamento do apelo contra a rejeição dos embargos. Sucede que, remetidos ao tribunal os autos da execução juntamente com a apelação nos embargos, e inviabilizado o prosseguimento da execução sem que contra isso se manifeste o credor, estará desencadeada a contagem do prazo de prescrição.

Isso porque, ausente qualquer causa legal que implique a impossibilidade de prosseguir na execução, o que se pode concluir é unicamente que foi voluntária a inércia em dar sequência aos atos executivos. E essa inação do credor pode, cumpridas outras circunstâncias específicas, dar margem à extinção de sua pretensão de cobrança.

Ao omitir-se nas providências executivas que tinha à disposição, o credor estará em situação idêntica à de quem, podendo, não dá sequência à ação pertinente. Essa conjugação de inércia voluntária com passagem do tempo é a situação que dá ensejo ao reconhecimento de prescrição intercorrente (forma já tão consagrada nos tribunais pátrios em vasta jurisprudência que dispensaria citação – apenas à guisa de exemplo: STJ, 2ª Turma, REsp n. 621257/PE, Relatora a Ministra Eliana Calmon).

Outrossim, também jurisprudência e doutrina concordam em viabilizar o reconhecimento da prescrição fora e independentemente dos embargos. Ou seja, ainda que apreciados estes favoravelmente ao credor, a superveniência de causa extintiva do crédito pode ser objeto de pronunciamento judicial em seu desfavor.

Na prática, isso significa dizer que, tendo a apelação contra decreto de rejeição dos embargos (mesmo que parcial) demorado mais que o lapso prescricional para alcançar solução definitiva, sem que nesse período haja atos executivos (seja porque os autos da execução estavam indevidamente no tribunal, remetidos para lá juntamente com a apelação, sem contrariedade do credor; seja porque, ainda que permanecendo no juízo de origem, não tenha havido manifestação de impulso processual por parte do credor), é possível cogi-

tar eventual superveniência de prescrição.

E merece realce a conclusão de que também essa solução é útil em termos de afetar ganho de efetividade no processo executivo. Não se pode perder de vista que o processo é voltado para dissipar um conflito intersubjetivo de interesses, visando à solução final desse conflito por meio da imposição da vontade estatal, que diz o direito e o aplica em prol da pacificação social (ou ao menos extingue a situação conflituosa no caso concreto).

A prescrição é fenômeno jurídico presente no Direito desde sempre, exatamente como elemento capaz de trazer pacificação social aos conflitos já superados pelo tempo. Nesse sentido, tranqüila mais uma vez doutrina e jurisprudência, reconhecendo nesse instituto caráter de forte prestígio da segurança jurídica.

Por isso que a solução indicativa de possível ocorrência de prescrição intercorrente nos casos de ausência de impulso processual executivo durante tempo superior ao lapso da prescrição, depois de rejeitados os embargos, é uma resposta juridicamente eficaz. Quiçá, sob esse bastão (especialmente no campo cível com sensível diminuição dos prazos prescricionais prevista na novel codificação), os credores deixem de praguejar contra a morosidade dos feitos e passem a exigir e diligenciar mais atentamente para o bom andamento das execuções.

2.3 DISPENSA DE DEPOSITÁRIO DE BENS IMÓVEIS

Terceira questão interessante, atinente a formalismos inadequados ou inobservância de mandamentos legais, é a relativa à penhora sobre bens imóveis. Há duas questões para apreciar. A primeira diz com a atual redação dos §§ 4º e 5º do art. 659 do Código de Processo Civil e a expressa dispensa de intimação pessoal do depositário de imóvel nas circunstâncias que especifica.

Na realidade, esses dois dispositivos implicaram alteração substancial na forma de proceder à penhora de bens imóveis. Já não há de se falar em expedição de mandado de penhora quando apresentada a certidão atualizada da matrícula; nem na intimação pessoal de depositário quando o imóvel for do devedor e ele estiver representado por advogado.

Tais modificações não têm recebido o esperado acolhimento na

prática da execução. A força inercial do procedimento anterior, caracterizada pelos formalismos da expedição de mandados de penhora, nomeação de depositário e intimação pessoal deste e do devedor, ainda marca o dia-a-dia da penhora sobre bens imóveis.

Não há sentido algum nisso, até porque contraria expressa disposição legal. A penhora sobre bens imóveis deve ser promovida em cartório à vista de certidão atualizada da matrícula, sem qualquer ato externo (por isso que *será realizada por termo nos autos*, consoante o art. 659, § 5º, do CPC), e sua intimação deve ser feita na pessoa do advogado constituído. Nada mais justifica a manutenção de atos dispendiosos – como diligências de oficiais de justiça – para efetivar um passo processual que independe dessas providências.

Um segundo tema ligado à questão da penhora de imóveis é a dispensa da figura do depositário na constrição dessa espécie de bens. Trata-se de problema cuja solução habita a zona cinzenta entre a interpretação e mentalidade mais voltadas à efetivação do processo e a necessidade de alteração legislativa.

A atual redação dos dispositivos do Código de Processo Civil acima referidos caminhou certamente no sentido da dispensa de depositário. A pretensão deste trabalho é demonstrar prescindível nova alteração da Lei para reconhecer a dispensa do depósito quando são penhorados bens imóveis. Ou, ainda que assim não se compreenda, a alteração exigida é de pequena monta.

A existência de execução em que o devedor já foi citado é razão suficiente para impedir alienações ou diminuição patrimonial deste em detrimento do credor. Por isso, se ocorre fraude à execução nesses casos, a conclusão inexorável só pode ser a de oponibilidade dessa circunstância a terceiros.

Ou seja, pendente execução contra determinada pessoa, terceiro que pretenda adquirir seus bens é presumidamente conhecedor da circunstância. Não se admite alegar ignorância do fato.

O Código de Processo Civil fala, ainda, na necessidade de registro da penhora de bens imóveis para que essa constrição seja inegavelmente conhecida (art. 659, § 4º). E a doutrina tem a penhora como *um vínculo de natureza processual, que faz recair um estigma sobre os bens por ela atingidos, de tal modo que não*

*se poderá afetá-los de sua destinação, qual seja, atender à finalidade da execução*². No caso (...) *de bens imóveis, somente se ultimarão com o registro*³.

Entretanto, a determinação de registro subsequente à constrição, da forma como está redigida, seria uma superfetação se aplicada aos casos de penhora de imóvel cuja propriedade é do próprio executado. Basta considerar a oponibilidade da própria execução contra atos de terceiros adquirentes.

Por certo que esse dispositivo é aplicável quando a garantia da execução for prestada por terceiro não executado no processo. Nessa situação (cujo exemplo é o art. 9º, § 1º, da Lei n. 6.830/80, mas também possível em execução civil), a oponibilidade da penhora contra terceiros, com relação a eventual ato de transmissão em prejuízo da garantia processual, depende do registro. Seria despropositado que a lei determinasse a formalização de ato cuja finalidade já estava cumprida.

Embora se sustente defesa com fundamento em forte corrente jurisprudencial que prestigia a ineficácia das alienações de imóveis (quanto ao credor) somente depois de registrada a penhora, é fato também que a ausência do registro apenas implica inversão do ônus de provar a fraude. Basta ao credor fazer prova de ciência do terceiro adquirente acerca da execução, de seu intuito ou dolo de fraude ou de insolvência do devedor decorrente da transação para viabilizar a ineficácia da alienação contra si.

Até porque há decisões no sentido de que o registro da penhora não integra o ato de constrição, e sua ausência não gera a invalidade desta, a exemplo dos seguintes julgados: TRF/3ª Região, 3ª Turma, AC n. 569021, Processo 200003990070667/SP, Relatora a Juíza Cecília Marcondes, DJU 12/2/03: *A penhora é juridicamente válida, inobstante a falta de seu registro em cartório imobiliário, porque atendidas as demais prescrições legais, em especial, a regular notificação do devedor*; e TRF/2ª Região, 1ª Turma, AC n. 220878, Processo 199902010595858/RJ, Relator o Juiz Ney Fonseca, DJU 15/2/01: *Mesmo sem seu registro em cartório imobiliário, a penhora é juridicamente válida, desde que atendidas as demais prescrições legais, em especial pela regular notificação do devedor acerca do gravame. (...) lavrado o auto ou termo de penhora de*

Do ponto de vista da celeridade e eficácia processual, entretanto, a nomeação de depositário pode se tornar ato dificultoso e demorado. Não são poucos os mandados de penhora devolvidos (alguns que nem deveriam ter sido expedidos) sem cumprimento por falta de depositário ou recusa do encargo por parte do devedor.

bem imóvel e intimado dela o devedor, inicia-se o curso do prazo para oferecimento de embargos do devedor, na data da intimação, independentemente do registro da penhora do imóvel no competente cartório imobiliário.

O próprio Código de Processo Civil refere a necessidade de apreensão dos bens (art. 654) para que disso decorra a nomeação de depositário (art. 655, inc. IV). Os imóveis não são efetivamente apreendidos nem deixam a posse de seu proprietário (ou do possuidor) por força da penhora.

Também é fato que, quando se trata de nomeação de depositário judicial dos bens (em razão de discordância que esse mister seja exercido pelo devedor), o art. 666, inc. II, do Código de Processo Civil refere bens imóveis. É necessário, entretanto, que o depositário esteja na posse direta desse bem (apreensão) para que possa exercer o encargo. De toda sorte, ainda que o depositário não seja o devedor mas esteja na posse do imóvel, isso não impediria a alienação do bem por parte do proprietário.

Por fim, resta lembrar que o art. 677 não faz qualquer menção a depósito de bens imóveis.

De outro lado, o bem imóvel não é perecível. E o múnus de depositário não impõe ao exercente o dever de manutenção do bem e construções acrescidas (*A simples deterioração dos bens depositados não enseja a prisão do depositário* – TRF/1ª Região, 4ª Turma, HCn. 200101000327747/DF, Relator o Juiz Ítalo Fioravante Sabo Mendes).

Assim sendo, o desgaste natural decorrente do tempo que uma construção acrescida possa sofrer não enseja reconhecimento de violação do depósito. Menos ainda cir-

cunstâncias outras, derivadas de casos fortuitos, como inundações ou incêndios, que impliquem destruição desses acréscimos. Mesmo que tais ocorrências sucedam, sempre restará o bem imóvel remanescente. Este não se perde, não se extravia e não perece, por natureza.

Do ponto de vista do credor, o interesse defensável em juízo é o de receber o crédito. A permanência da garantia, independentemente das circunstâncias que sucederem à constrição, viabiliza a sua alienação forçada, e assim a recuperação do crédito.

Ou seja, embora alienado ou arruinadas as construções que o acrescem, o imóvel persistirá como garantia. Não há providência mais útil ao credor que o reconhecimento de fraude à execução com a conseqüente declaração de ineficácia da alienação em seu desfavor. Em caso de perda de valor que implique insuficiência do bem penhorado para suprir o débito, a providência legal útil é o reforço da penhora (até porque o depositário se livra do encargo entregando o bem depositado ou apresentando o seu valor em dinheiro).

Tendo esses instrumentos em mão, não é lícito ao credor valer-se de outros que apenas indiretamente ou por via reflexa culminam no recebimento do crédito. Dentre esses outros atos que lhe estão vedados, avulta a pretendida decretação de prisão do depositário do imóvel por violação do múnus que exerce (uma vez que a prisão é compreendida, sem discrepância, como meio de preservar a garantia da execução e, portanto, meio apenas indireto de recebimento do crédito).

Com isso quer-se chegar ao ponto de reconhecer inútil a figura do depositário de bens imóveis. Todas

as demais providências que se pode tomar em virtude da transmissão do bem imóvel penhorado ou da perda de seu valor são mais servientes à satisfação do crédito que perseguir o depositário.

Por isso que a formalidade de nomeação de depositário de imóveis não passa de degenerado formalismo. Tanto assim que o Código de Processo Civil nem sequer exige a formal nomeação de depositário, bem como sua intimação pessoal desse ato quando a constrição recai sobre bem imóvel. É o que dispõe o art. 659, § 5º, parte final.

Do ponto de vista da celeridade e eficácia processual, entretanto, a nomeação de depositário pode se tornar ato dificultoso e demorado. Não são poucos os mandados de penhora devolvidos (alguns que nem deveriam ter sido expedidos) sem cumprimento por falta de depositário ou recusa do encargo por parte do devedor.

A constrição que deveria ser resolvida imediatamente (em cartório, independentemente de diligências externas) torna-se verdadeira ladainha processual. Sucessivos atos dispensáveis são produzidos a partir da devolução do mandado sem cumprimento: despacho judicial para manifestação do credor; a manifestação; novo despacho que a aprecie; expedição de novo mandado... E tudo acaba com a nomeação de um terceiro que nada, absolutamente nada, tem a ver com o bem e nunca deteve-lhe a posse (fato que por si só demonstra o desacerto de nomear depositário desses bens). Não raro, o depositário acaba sendo o advogado do credor, funcionários de repartições nas procuradorias, leiloeiros etc.

A doutrina já se pronunciou sobre a inutilidade ou o descabimento de nomeação de depositário na penhora de bens imóveis⁴. A jurisprudência já declarou, diretamente ou por vias transversas, a imprestabilidade dessa figura, sempre que reconhece impossível a prisão do depositário de imóvel. Expressamente consignou o Tribunal Regional Federal – 3ª Região: *HABEAS CORPUS. PENHORA. DEPOSITÁRIO INFIEL. FIGURA NÃO CARACTERIZADA. BEM IMÓVEL. ALIENAÇÃO. TÍTULO GRATUITO. DOAÇÃO. EFEITOS. I – Os atos de alienação, a qualquer título, são inoperantes em face da execução já que a penhora não retira os bens da posse indireta e do domínio do dono. II – O bem penhorado permanece disponível para o executado, sendo que*

essa apreensão tem efeitos meramente processuais, que tornam os atos de disposição de seu proprietário ineficazes perante o credor. III – Os bens doados pelo paciente a seus filhos não se perderam nem se extraviaram, estando conservados, ainda que com título registrado em nome de outrem, que não o devedor depositário, com a constrição que os acompanha. IV – Tratando-se de bem imóvel, que não comporta tradição, não pode haver a efetiva entrega da coisa. V – É prescindível a nomeação de depositário, em caso de penhora de bem imóvel, já que do ato basta a intimação do devedor. VI – Não caracterizada a figura do depositário infiel. VII – Ordem concedida. Agravo regimental prejudicado. (Habeas Corpus n. 10.983, Processo 200103000054217/SP, Segunda Turma, Relatora a Juíza Marianina Galante)

Na via indireta da desconsideração do depositário de bens imóveis como figura imprescindível para a regularidade da constrição, merecem destaques os *habeas corpus* concedidos com a finalidade de impedir a prisão nas hipóteses de alienação do bem depositado. Dentre outros: *Depositário judicial. Bem imóvel. Inexistência de previsão legal para a prisão, sendo certo, ainda, que o depositário não é necessariamente o proprietário. A alienação feita por esse expõe-se a ser considerada ineficaz, em relação à execução, o que não se vincula à condição de depositário.* (STJ, 3ª Turma, HC n. 11124/GO, Relator o Ministro Eduardo Ribeiro); *HABEAS CORPUS. DEPOSITÁRIO INFIEL. BEM IMÓVEL. Não é possível a decretação de prisão contra o paciente sob o argumento de que configurado o depósito infiel, se a coisa consiste em bem imóvel, uma vez que tal depósito caracteriza-se como locação de serviço.* (TRF/ 4ª Região, 7ª Turma, HC n. 3548, Processo 200204010422090/PR, Relator o Juiz José Luiz B. Germano da Silva).

O que se pode concluir – posição que deve ser firmada independentemente de alteração legislativa – é o reconhecimento da dispensa de depositário nessa hipótese. A interpretação sistemática dos dispositivos processuais permite chegar a essa conclusão. A jurisprudência deveria encabeçar tal posição, quiçá mais uma dentre tantas que já abraçou e que culminaram até mesmo em alterações legislativas.

No caso, aliás, eventual alteração seria de pequena monta para

solucionar a questão versada. Bastaria modificar dois parágrafos do art. 659 e outras previsões menores do Código de Processo Civil, e a solução estaria dada⁵.

No mais, não se pode deixar de referir que tanto exequentes como os juízos que presidem execuções devem se aparelhar e fazer melhor e mais constante uso de instrumentos legais já existentes e que podem influir de modo positivo na efetividade da execução. Dentre esses merece especial destaque a possibilidade de conferir a corretor de imóveis a venda desses bens, na forma minuciosamente disciplinada pelo art. 700 e parágrafos do Código de Processo Civil.

Também de grande eficiência a nomeação pelo exequente de leiloeiro para realização da venda dos bens penhorados. A autorização para indicar esses profissionais está expressamente consignada no art. 706 do Código de Processo Civil e mostra-se expediente útil e eficaz, uma vez tratar-se de profissionais com experiência e qualificação específica para a venda de bens penhorados e que podem promover divulgação suficiente e dirigida das vendas, muito diferentemente do que sucede na hipótese de serem realizadas as hastas por oficiais de justiça.

3 BREVES ALTERAÇÕES LEGAIS

Outros percalços há para o processo executivo, que dificultam sobremodo sua marcha para frente. Tais vicissitudes decorrem de excessivas previsões de intimação pessoal do executado, bem assim da inexistência do ônus, para este, de acompanhar o processo de execução.

Certamente voltado a garantir ampla defesa (no sentido de ciência dos atos processuais praticados e possibilidade de contra eles se manifestar), o Código de Processo Civil e também a Lei n. 6.830/80 previram diversas oportunidades em que o executado deve ser pessoalmente noticiado de atos processuais. Tais determinações, entretanto, foram previstas com nítido exagero no processo executivo brasileiro⁶.

Verdade que o executado não pode sofrer violência patrimonial sem que lhe estejam garantidos direitos básicos. Fato é, também, que o credor ocupa a posição de primeira e verdadeira vítima do inadimplemento. Pior, ao buscar amparo judicial para cobrança do seu crédito, acaba sendo mais uma vez vitimado, desta fei-

ta pelo labirinto do processo de execução.

Da forma como disciplinado o processo executivo brasileiro, com excessiva predileção pelas garantias do devedor em detrimento do direito de crédito, basta furtar-se às intimações pessoais que lhe são deferidas para inviabilizar o bom andamento da execução. De acordo com o Código de Processo Civil e a Lei n. 6.830/80, o devedor será intimado pessoalmente nas seguintes ocasiões, além da citação: (I) da penhora (exceto de imóveis, se patrocinado por advogado constituído no processo, caso em que, não obstante, o cônjuge deverá ser intimado, a teor do art. 669, parágrafo único, e de firme jurisprudência, v.g.: STJ, 3ª Turma, REsp n. 470878/RS, 5ª Turma, REsp. n. 538765/RS, dentre outros); (II) do prazo para oposição de embargos (segundo jurisprudência majoritária, mesmo quando deposita em dinheiro o valor devido); (III) das datas de leilões designados, mesmo que haja advogado constituído no processo (Súmula 121 do Superior Tribunal de Justiça, quanto à execução fiscal, e art. 687, § 5º, quanto à execução cível); (IV) segundo jurisprudência amplamente majoritária, tem o direito de permanecer na posse dos bens penhorados, sendo nomeado depositário preferencialmente (até mesmo em execuções fiscais⁷, contra expressa previsão do art. 11, § 3º, da Lei n. 6.830/80); e (V) não precisa sequer informar alterações de endereço ou onde poderá ser localizado, mesmo sendo depositário da garantia judicial.

Pequenas mudanças na sistemática do processo alterariam violentamente essa realidade. A disciplina do processo executivo mais agressivo, voltado para a efetiva recuperação do crédito do exequente, não implica necessariamente violação de direitos subjetivos dos executados. É interessante lembrar, em termos de garantias e direitos individuais de devedores, que o Supremo Tribunal Federal já considerou compatível com a Constituição a execução extrajudicial prevista no Decreto-lei n. 70/66 (todos da Primeira Turma do STF, os Recursos Extraordinários ns. 223075/DF, Ilmar Galvão, DJU 6/11/98; 148872/RS, Moreira Alves, DJU 12/5/00; 240361/RS, Ilmar Galvão, DJU 29/10/99; 287453/RS, Moreira Alves, DJU 26/10/01).

Pior que uma execução legalmente agressiva é a propagação de leis esparsas ou de técnicas não pre-

4 CONCLUSÃO

A solução para o ganho de efetividade no processo de execução pode passar por alterações bem menos intensas em sede legislativa, desde que algumas mudanças pontuais densas sejam acompanhadas de alteração da mentalidade diretiva da execução.

REFERÊNCIAS

- 1 Os embargos são um processo autônomo no que se refere à relação processual executiva e mais (...) verdadeiramente, os embargos à execução, seja qual for a matéria neles deduzida, têm natureza jurídica de ação cognitiva, de autonomia relativa, dotada de intensidade variável. LUCON, Paulo Henrique dos Santos. *Embargos à execução*. São Paulo: Saraiva, 1996. p. 240 e 292, respectivamente.
- 2 AZEVEDO, Luiz Carlos de. *Da penhora*. São Paulo: Resenha Tributária, 1994. p. 127.
- 3 ASSIS, Araken de. *Manual do processo de execução*. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. p. 544.
- 4 REIS, José Alberto dos. *Processo de execução*. Coimbra: Coimbra, 1957.
- 5 Nesse ponto, talvez inadequado, porém imprescindível apontar, tendo em vista o caráter eminentemente pragmático do texto, a redação que seria apropriada para o art. 659, § 4º, do CPC: *A penhora de bens imóveis realizar-se-á mediante auto ou termo de penhora do qual será extraída certidão de inteiro teor para fins de registro no ofício imobiliário.*; § 5º do mesmo artigo: *Nos casos do parágrafo 4º quando apresentada certidão da respectiva matrícula, a penhora de imóveis, independentemente de onde se localizem, será realizada por termo nos autos, dispensada a constituição de depositário.*; 665, inc. IV: *nomeação de depositário dos bens, exceto se imóvel o objeto da penhora*; e 666, inc. II: *em poder do depositário judicial, os móveis*.
- 6 *São demasiadas as oportunidades de defesas e retardamentos que a lei oferece ao executado, beneficiando inúmeras vezes o mau pagador sendo indulgente com chicanas em detrimento da plena satisfação do credor e do correto exercício da jurisdição*. DINAMARCO, Cândido Rangel. *Execução civil*. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 104.
- 7 STJ, 1ª Turma, REsp ns. 570677/MT, DJU 16/8/04; 183634, DJU 1/3/99, e 25387/SP, DJU 26/9/94; 2ª Turma, REsp ns. 245.646/SP, DJU 13/8/03; 28130, DJU 28/9/98; TRF - 1ª Região, 3ª Turma Suplementar, AI, Processo n. 199601033467/GO, DJU 24/4/03; TRF - 2ª Região, 1ª Turma, AI n. 38169, Processo 9902191223/ES, DJU 25/11/99; TRF - 3ª Região, 2ª Turma, AI, Processo n. 92030330852/SP, DJU 24/5/93, dentre outros.
- 8 Penhora de numerário *on line* que sequer possui previsão legal, porém já está implementada por convênio entre o Banco Central e o Superior Tribunal de Justiça e também na Justiça do Trabalho, sem

regulamentação específica e sem disciplina própria ou limitações precisas, viabilizando o acesso direto a dados bancários e o bloqueio de movimentação do numerário, independentemente de qualquer restrição ou regramento que permita a obediência e respeito aos bens impenhoráveis, que se pretende legalizar por via de modificação do Código Tributário Nacional, introduzindo o art. 185-A, consoante o Projeto de Lei n. 72/03, pendente de sanção presidencial; Lei n. 10.522/02, criando o Cadin.

- 9 Mais uma vez, não omito idéia pensada e adianto uma solução legislativa viável, qual seja, a inserção de um parágrafo no art. 598 do Código de Processo Civil, prevendo que a *citação do executado funcionará como comando para acompanhar todos os demais atos do processo, dos quais não mais será intimado pessoalmente, certamente acompanhada da revogação de dispositivos que prevêem a subsequente intimação pessoal, dentre os quais destacam-se: art. 659, § 4º, na parte que refere "sem prejuízo da imediata intimação do executado"; art. 669 e parágrafo único; e art. 687, § 5º, do Código de Processo Civil.*

Artigo recebido em 1/2/2005.

ABSTRACT

The author discusses matters related to the effectiveness of the suit, particularly during the payment phase, in cases of enforcement of judgement for sum certain. He refers to some matters that are regarded as a hindrance to a greater effectiveness of executions, many of which result from methods that are useless and dismissable formalisms, as well as he demonstrates the ways and solutions that may be settled without any legislative amendment.

Furthermore, he mentions some legal alterations that would be relevant and useful to increase the achievement of solutions during the enforcement payment phase. He uses an analytical methodology in order to conclude that such legal changes do not need to be significant so as to result in great effectiveness gain during execution.

KEYWORDS – Civil Procedure Law; enforcement of judgement for sum certain; obstacle; effectiveness; alteration – procedural, legal; attachment; real estate; unfaithful depositary.

Eduardo Simão Trad é Procurador Seccional da Fazenda Nacional em Franca-SP.

vistas em lei, criando aqui e ali mecanismos outros de pressão ou de constrição⁸. Esse, sem dúvida, é um método bem menos sadio de solução do problema. Muito mais respeitoso ao direito do devedor será impor-lhe, legalmente, deveres processuais que simplifiquem efetivamente a execução.

Dentre esses – e para tanto não seria necessário mais que umas breves e pequenas mudanças em uns poucos artigos de lei – estaria a imposição ao executado do ônus de acompanhar o processo em todos os seus atos, a partir da citação válida. Um simples dispositivo prevendo que o chamamento ao processo implica a desnecessidade de quaisquer outras intimações pessoais de atos subsequentes é o ponto primeiro que dever servir de partida para as modificações.

Se o executado está representado por advogado, as intimações devem seguir a sistemática do processo de conhecimento, sendo efetivadas na pessoa do advogado por meio de publicação do ato no órgão de imprensa (a teor dos arts. 236 e 237 do Código de Processo Civil). Quando o executado não se fez representar, mesmo depois de validamente citado, devem ser dispensadas intimações pessoais de atos posteriores, idéia que segue na esteira de semelhante disposição do processo de conhecimento para o réu revel (art. 322 do Código de Processo Civil). Tais previsões tornariam muito mais simples a execução⁹.

A modificação no que tange ao depósito de bens móveis, facultando-o ou até mesmo impondo-o ao credor com perda da posse pelo réu, também seria extremamente útil (até para evitar multiplicidade de penhora sobre o mesmo bem e para fazer com que o credor esteja efetivamente apto, disposto e desejoso de receber seu crédito). Disposição que previsse claramente ser a data do depósito do dinheiro o termo inicial para oposição de embargos do devedor (cujo prazo é legal e, portanto, de conhecimento irrecusável) também é salutar.

Todas essas alterações são meramente pontuais e mantêm o arcabouço do processo executivo atual, sem causar choques decorrentes de ampla alteração procedimental (até o momento pensada e proposta). Isso, sem prejuízo de implicar sério incremento de efetividade e de determinar uma necessária mudança de mentalidade no trato da execução.